

MEMÓRIA DA REUNIÃO

**Câmara Técnica de Educação, Mobilização Social e Capacitação em
Recursos Hídricos - CTEM CBH Paraopeba**

Data: 09/07/2026

Local: Sede – Betim

Horário: 9h

Participantes:

NOME		INSTITUIÇÃO
1	Aline Cardoso	Município de Rio Manso
2	Andréa de oliveira	CSN Mineração
3	Anna Maciel	CRBIO
4	Brenda Monteiro	CSN Mineração
5	Bruna Martins	Vale S.A.
6	Camilla Victoria	Município de Congonhas
7	Celia Marques	Município de Congonhas
8	Diego Torres	Comunicação Partners
9	Fernanda Lobo	ARMBH
10	Gisele Nobre	APV
11	Heleno Maia	IHMBIO
12	Marcia Cristina	Município de Caetanópolis
13	Natalia Vasconcelos	Município de Jeceaba
14	Ohany Vasconcelos	APV
15	Pedro Américo	Município de Igarapé
16	Perla Martins	Lev Brasil
17	Thelma Luma	Município de Congonhas
18	Winston Caetano	Associação Veredas & Cerrados

A reunião foi iniciada pelo Presidente, Heleno Maia, que deu as boas-vindas aos presentes. Na oportunidade, foi registrado e celebrado o aniversário da Secretária-Adjunta do CBH



Paraopeba, Andrea, seguido de uma rodada de apresentações dos participantes. Na sequência, Ohany realizou a leitura da Deliberação Normativa nº 006/2025, que institui, em caráter permanente, a Câmara Técnica de Educação, Mobilização Social e Capacitação em Recursos Hídricos (CTEM) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba. Em seguida, Ohany destacou que a Câmara Técnica poderá acompanhar a elaboração e a execução do Plano de Educação Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba (TDR em elaboração), observando a necessidade de evitar sobreposição de ações, potencializar a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e contribuir para a definição e o acompanhamento das pautas de comunicação do Comitê. Ressaltou, ainda, que a CTEM possui caráter consultivo e de assessoramento ao CBH. Andréa representante da CSN Mineração complementou que a Câmara Técnica também poderá auxiliar na organização da participação do Comitê em eventos. Anna Maciel representante da CRBIO questionou se as ações de educação ambiental do CBH Paraopeba dialogam com os planos desenvolvidos pelas grandes empresas atuantes na bacia. Em resposta, Heleno Maia esclareceu que o Comitê ainda não possui um Plano de Educação Ambiental, mas destacou que uma das atribuições da CTEM será justamente promover essa convergência. Na sequência, Pedro Américo, representante do município de Igarapé, ressaltou a importância de que as ações da Câmara Técnica também contemplem o público adulto, que, em sua avaliação, frequentemente carece de iniciativas de educação ambiental. Informou, contudo, que, em razão das múltiplas demandas de seu trabalho, não possui disponibilidade para assumir a coordenação da CTEM. Em resposta, Heleno Maia esclareceu que, caso deseje, a Prefeitura de Igarapé pode indicar outro representante, diferente do representante do plenário. Por fim, Fernanda, representante da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH), reforçou a importância de que as ações da CTEM também alcancem os setores político e empresarial, buscando promover mudanças de comportamento e de cultura institucional. Destacou que muitas empresas ainda direcionam suas ações prioritariamente para interesses financeiros e defendeu que a Câmara Técnica atue de forma estratégica na sensibilização desses atores, incentivando o comprometimento com a gestão sustentável dos recursos hídricos. Na sequência, a representante da Vale Bruna Martins informou que o programa de educação ambiental desenvolvido pela empresa está inserido no âmbito do acordo de reparação e contempla ações de educação formal e não formal. Manifestou entusiasmo com a participação na Câmara Técnica e colocou-se à disposição para contribuir com os trabalhos. A representante da Lev Brasil Perla Martins informou que as ações de educação ambiental promovidas pela empresa são voltadas tanto para escolas quanto para os trabalhadores. Em seguida, Anna Maciel questionou sobre a definição da agenda de reuniões da CTEM. Heleno Maia esclareceu que caberá à própria Câmara Técnica estabelecer sua periodicidade de reuniões e definir as pautas de trabalho. Prosseguindo, foi realizada a eleição da Coordenação e da Relatoria da CTEM. Foram eleitas Fernanda Lobo da ARMBH para o cargo de Coordenadora e Brenda Monteiro, representante da CSN Mineração, para o cargo de Relatora. Após a eleição, Fernanda Lobo agradeceu a confiança dos membros e compartilhou sua experiência na área de educação ambiental. Na sequência, iniciou-se a discussão sobre a **mobilização do Comitê para**



participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB).

Heleno Maia sugeriu que o tema fosse aprofundado em reunião específica da Câmara Técnica, considerando a necessidade de um planejamento mais detalhado. Ohany abordou a proposta de instalação de um estande institucional durante o evento, destacando que se trata de um investimento significativo e que sua realização deve estar vinculada a um planejamento prévio, evitando que o espaço seja utilizado apenas para a distribuição de materiais institucionais. Ressaltou, ainda, que a Agência Peixe Vivo realiza suas aquisições e contratações por meio de processos licitatórios, os quais demandam observância de prazos e procedimentos legais, reforçando a importância de que qualquer decisão seja tomada com a antecedência necessária. Natália Vasconcelos representante do Município de Jeceaba informou que, em ocasião anterior, o Comitê participou de um estande compartilhado com outros comitês de bacia hidrográfica. Acrescentou que, para a edição do Encob 2026, há o interesse da Presidência do CBH Paraopeba em viabilizar um estande exclusivo do Comitê. Na sequência, Bruna Martins representante da Vale SA. realizou apresentação sobre o **Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e da Bacia do Rio Paraopeba (PEABP)**, em execução desde 2019. Destacou a importância da participação do CBH Paraopeba na rede de atores envolvidos no programa e apresentou a estrutura e o andamento do Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP), programa integrante do Programa de Reparação Socioambiental (PRSA), em conformidade com a governança estabelecida pelo Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI). Foram abordados os objetivos do programa, que visam fortalecer a Rede Educadora Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba, promovendo processos formativos, participação social e ações voltadas à reparação socioambiental e à melhoria da qualidade de vida nos municípios da bacia. Também foram apresentados os fundamentos legais e metodológicos que orientam sua execução, bem como a estrutura dos projetos executivos, a atuação dos Pontos Focais Municipais e o cronograma de implementação para 2026. No âmbito dos projetos, foi destacada a implantação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJMA) nos 26 Municípios da bacia, voltados à participação de jovens de 15 a 29 anos com o objetivo de formar coletivos representativos capazes de atuar como multiplicadores da educação ambiental, contribuindo para a transformação social da juventude. Foi apresentado o projeto voltado à qualificação de professores e profissionais da educação das redes pública e privada dos 26 municípios da Bacia do Rio Paraopeba. A iniciativa prevê ações de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, além de apoio a projetos eco pedagógicos nas escolas e incentivo aos profissionais participantes. O objetivo é fortalecer a Rede Educadora Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba, ampliando e consolidando a Educação Ambiental no território de abrangência do PEABP. Quanto à implementação, foi informado que as reuniões de articulação institucional foram concluídas e que os 26 municípios aderiram ao programa, estando em andamento a etapa de Consulta Pública. Foi destacado que 15 municípios já assinaram os Termos de Compromisso e 11 permanecem pendentes. A próxima etapa está em realização das Oficinas de Mobilização Formativa com o público-alvo. Também foram apresentados os resultados parciais da Consulta Pública, que registrou 5.905 respondentes, dos quais 4.363 manifestaram interesse em continuar participando das



ações do programa. Após a exposição, Diego ressaltou a importância de identificar formas de integração entre as ações de comunicação do CBH Paraopeba e as atividades desenvolvidas pelo programa. Em resposta, Bruna Martins representante da Vale disse que a empresa possui a obrigação de executar as ações estabelecidas no acordo, mas que a expectativa é de que o protagonismo seja exercido pelos municípios. Nesse contexto, destacou que a atuação do Comitê poderá contribuir significativamente para fortalecer e ampliar os resultados das iniciativas. Ao final da apresentação, a representante da Vale ressaltou que o rompimento da barragem e as vidas perdidas jamais devem ser esquecidos, e enfatizou que o cumprimento das obrigações assumidas representa uma oportunidade para fortalecer e ampliar as ações de educação ambiental em toda a bacia. Em discussão, Pedro, representante do município de Igarapé, informou que já conhecia o programa e destacou sua robustez. Manifestou expectativa positiva quanto aos resultados do programa em Igarapé, ressaltando que sua duração (até 2034) permitirá a consolidação de um legado em todo o território abrangido. Acrescentou que, embora possa haver certa desconfiança inicial por parte da população, a tendência é que essa percepção seja superada à medida que as ações forem implementadas. Em seguida, Aline, representante do município de Rio Manso, observou que seu município não integra o conjunto dos 26 municípios contemplados pelo programa da Vale. Ainda assim, destacou que entende que a Câmara Técnica poderá contribuir para identificar oportunidades de cooperação e integração em ações de educação ambiental, tanto para apoiar quanto para ser apoiado. Ressaltou, ainda, que um dos desafios para o PEA do comitê será realizar o levantamento das ações de educação ambiental já desenvolvidas nos municípios. Ohany falou brevemente das restrições de comunicação no período eleitoral. Seguindo a pauta, Ohany apresentou a **minuta do Termo de Referência (TDR) para contratação do Plano de Educação Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba**, destacando os principais pontos nos quais a Câmara Técnica poderá contribuir durante sua elaboração. Andrea questionou a vigência prevista para o Plano. Em resposta, Ohany informou que a proposta inicial prevê prazo de execução de oito meses, podendo esse período ser ajustado conforme avaliação da Câmara Técnica. Ressaltou, ainda, que a realização de ações de educação ambiental do comitê não depende da conclusão do Plano, porém destacou que sua elaboração constitui importante instrumento de planejamento, capaz de orientar as iniciativas do Comitê, evitar a pulverização de ações isoladas e promover maior eficiência na aplicação dos recursos e na estrutura operacional da Agência Peixe Vivo. Ficou definido o prazo até 20 de julho para que os membros da Câmara Técnica encaminhem contribuições ao Termo de Referência. Também foi agendada reunião da CTEM para a mesma data, às 9h, com o objetivo de discutir os apontamentos apresentados e alinhar os próximos encaminhamentos. Ao final da reunião, Tito questionou sobre a disponibilização de crachás para os membros da Câmara Técnica. Ohany informou que já existe um modelo de crachá destinado aos membros do Plenário do Comitê. Andrea observou que nem todos os integrantes da CTEM são conselheiros titulares ou suplentes do Plenário. Diante disso, Ohany sugeriu que sejam confeccionados crachás para os membros que não integram o Plenário, enquanto os conselheiros utilizariam os crachás já existentes. Acrescentou, ainda, que poderá ser avaliada, futuramente, a confecção de camisetas institucionais para



identificação dos representantes do Comitê durante ações e eventos externos, incluindo o Encob 2026. Sem mais assuntos a tratar, a reunião é encerrada. Memória realizada por Ohany Vasconcelos.

Fernanda Lobo

Coordenadora

Câmara Técnica Educação, Mobilização Social e Capacitação em Recursos Hídricos
CTEM – CBH Paraopeba.